



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS**

**CEP.: 37.310-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS**

**CNPJ: 18.684.217/0001-23**

**PROJETO DE LEI Nº 007/2017**

Dispõe sobre o reajuste de  
vencimento base dos profissionais  
do Magistério da Educação Básica  
do Município de Bom Jardim de  
Minas – MG e dá outras  
providências


O povo de Bom Jardim de Minas - MG, por seus representantes  
na Câmara Municipal aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome,  
sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido um reajuste na ordem de 0,9% (nove  
décimos por cento) no salário base dos profissionais do magistério da  
educação básica do Município de Bom Jardim de Minas, além da revisão  
geral anual já concedido pela Lei 1.463/2017, para atingir o Piso Nacional do  
Magistério.

Art. 2º. As despesas de que trata esta Lei correrá por conta de  
dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei  
em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro  
de 2017.

Bom Jardim de Minas - MG, 14 de fevereiro de 2017.

  
**SÉRGIO MARTINS**  
Prefeito Municipal



## **JUSTIFICATIVA**

O presente projeto de lei tem por fim conceder um reajuste aos profissionais do Magistério da Educação Básica do Município de Bom Jardim de Minas – MG, de modo que o valor do vencimento base desses profissionais atinja o valor do piso nacional da categoria.

Em que pese o atual patamar em que se encontram os gastos com pessoal do Município de Bom Jardim de Minas, em relação à RCL, temos o permissivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, no Inciso I do Parágrafo Único do artigo 22, *in verbis*:

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, **salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal** ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição. Grifei.

Como se nota, em caso de determinação legal, ainda que a despesa total com pessoal exceda a 95% do limite de 54% (51,3%), pode-se conceder o reajuste por determinação legal, estando no entanto, impedidos de conceder ganho real.

E, estamos a cumprir uma determinação legal, que é manter o piso salarial do Magistério, que para uma jornada de 40 horas semanais,




**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS**

**CEP.: 37.310-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS**

CNPJ: 18.684.217/0001-23

está hoje em R\$ 2.298,80. Com uma proporção matemática, evidencia-se que, para que se cumpra o piso nacional, para uma jornada de 25 horas semanais, o valor mínimo a ser pago há de ser R\$ 1.436,75. Com o reajuste de 0,9%, atingiremos a cifra de R\$ 1.437,57, cumprindo assim com nossa obrigação legal.

São estas, em resumo, as razões que nos levam a submeter ao Poder Legislativo o presente Projeto de Lei.

  
**SÉRGIO MARTINS**  
Prefeito Municipal

Arquivado em 12/07/2015  
Sala das Sessões  
1102160152

